

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

No mês de janeiro, 40 motoristas da Forcargos entraram em greve para denunciar a situação de abuso laboral vivida na empresa. Esta greve, a primeira greve destes trabalhadores, deve ser entendida como um sinal de alerta para a grave situação vivida no setor e exige a tomada de medidas urgentes.

Os motoristas de pesados têm vindo a perder salário ao mesmo tempo que passam cada vez mais períodos longe das suas famílias. O pagamento mantém-se ao quilómetro, muito embora tenha existido uma alteração do modelo de negócio das transportadoras que obriga os motoristas a aguardarem cada vez mais dias no estrangeiro pela carga e descarga de mercadorias. Dias que não são remunerados, muito embora os motoristas tenham as despesas e a penalização da vida familiar decorrentes de estarem longe de casa. A quebra salarial é de cerca de 30% e as despesas aumentam.

Aos problemas salariais, acresce, na Forcargos, e segundo relatos dos trabalhadores, uma política reiterada de abuso a vários níveis. Na empresa quase metade dos motoristas estarão com contratos precários, existindo mesmo contratos ao mês e à viagem. E todos os motoristas são sujeitos a péssimas condições de trabalho: os tempos mínimos de descanso são encarados como tempos máximos, impedindo a conciliação da vida familiar e profissional; são cobrados aos motoristas meios essenciais ao seu trabalho, como os frigoríficos dentro dos camiões; as viaturas estão a ser trocadas por outras com cabines mais pequenas e sem conforto; os motoristas são responsabilizados por roubo de combustível e outros, recebendo instruções da empresa para pernoitarem em locais sem condições; no parque da empresa não há sequer uma sala de espera ou casa de banho para os motoristas.

Os representantes dos trabalhadores já tomaram diligências junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e que terão resultado na deslocação de inspetores à empresa. Mas, de acordo com os relatos dos trabalhadores ouvidos pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a ACT não chegou a ouvir nenhum dos motoristas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. A ACT já se deslocou à Forcargio? Entrou em contacto com os trabalhadores que apresentaram queixa da empresa?
2. Que apreciação faz o Governo da situação laboral vivida na Forcargio e que diligências têm sido desenvolvidas para garantir o cumprimento da legislação laboral e o respeito pelos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 11 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)